

ANÁLISE DAS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE EM EMPRESAS DO AGRONEGÓCIO

PAULO VINÍCIUS DE MIRANDA PEREIRA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - UNEMAT

MARCOS MIRANDA PEREIRA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR)

GREICI JOANA PARISOTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS

ANÁLISE DAS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE EM EMPRESAS DO AGRONEGÓCIO

1. INTRODUÇÃO

No século XVIII, ocorreu uma transformação na capacidade produtiva humana, a Revolução Industrial, que teve seu início na Inglaterra e rapidamente se espalhou por outros recantos do planeta, promovendo crescimento econômico e maior geração de riquezas.

De acordo com Dias (2006, p.6) o processo de industrialização fez surgir diversos problemas ambientais, tais como: “[...] alta concentração populacional, devido à urbanização acelerada; consumo excessivo de recursos naturais, sendo alguns não renováveis (petróleo e carvão mineral, por exemplo); contaminação do ar, do solo, das águas, e desflorestamento”. A partir dessa concepção emerge a necessidade do estudo da sustentabilidade do meio ambiente, adequando o desenvolvimento social, ambiental e econômico.

O entendimento de sustentabilidade inicia-se a partir de dois conceitos fundamentais. O primeiro, por meio da ecologia, na qual vislumbra a capacidade de resiliência dos ecossistemas em face de agressões causadas pelo homem, decorrente do uso abusivo dos recursos naturais. O segundo, na economia, como adjetivo do desenvolvimento, perante a percepção crescente de um padrão de produção e consumo elevado. Ergue-se, assim, a noção de sustentabilidade sobre a percepção da finitude dos recursos naturais e sua gradativa e perigosa depleção (NASCIMENTO, 2012).

Na lógica, o sentido de sustentabilidade é a capacidade de se sustentar e se manter. Caracteriza-la como um viés de atividades sustentáveis e que pode ser mantida para sempre, é uma forma que pode se definir a sustentabilidade. Explorar os recursos naturais de forma sustentável proporcionará sua infinitude, ou seja, não se esgotará nunca. Uma sociedade sustentável é aquela que não coloca em risco os elementos do meio ambiente. Desenvolvimento sustentável é aquele que melhora a qualidade da vida do homem na Terra ao mesmo tempo em que respeita a capacidade de produção dos ecossistemas nos quais vivemos (MIKHAILOVA, 2004).

Para Callado (2005) as interações nos meios sociais e econômicos fez com que segmentos de mercado se modificassem ou readequassem, pois se viram na necessidade do alinhamento entre questões sociais, ambientais e econômicas. Por conseguinte, segundo o autor, o agronegócio além de ganhar relevância, tornando de um setor de exploração econômica de propriedades rurais isoladas, para um amplo espectro de inter-relações e interdependências produtivas, tecnológicas e mercadológicas, tendo uma importante responsabilidade na preservação do meio ambiente.

O agronegócio brasileiro é um setor importante na economia, o que o torna um dos maiores do mundo no segmento, gerando divisas, emprego e renda ao país (PEREIRA, *et al.*, 2016). Algo que pode ser observado na produção de grãos, é que a mesma chegou em torno de 200,7 milhões de toneladas em 2014/2015, ficando superior em 6,7% à obtida no período anterior (MAPA, 2017). Para Assad, Martins e Pinto (2012) o sucesso do agronegócio no Brasil deve-se a fatores como boa oferta de recursos naturais, câmbio favorável, aumento na demanda por produtos agropecuários, principalmente do mercado asiático, aumento na produtividade, incorporação de novas tecnologias, política de financiamento e capacidade de inovação.

Souza e Moraes (2012) afirmam que o agronegócio está alinhado a sustentabilidade, pois envolve ações que vão ao encontro do conceito de desenvolvimento sustentável. Segundo os autores, a forma de produzir no solo, uso racional de defensivos agrícolas, melhor aproveitamento dos recursos hídricos, monitoramento dos níveis de contaminação, redução

nas emissões de gases na natureza, bem como a priorização do comércio e dos serviços da população local, são ações em que se envolve questões sociais, produtivas e ambientais. Nesse sentido, Gregório *et al.* (2015) afirmaram que diante dessa tendência, o setor deve investir em processos que adotem estratégias ligadas aos conceitos de sustentabilidade, pois segundo eles, é notável a relação de sucesso nas organizações que inserem a gestão ambiental como forma de planejamento.

Desta forma, buscou-se responder neste artigo: as empresas ligadas ao agronegócio estão praticando a Sustentabilidade nas dimensões ambiental, econômica e social? Para tanto, o presente estudo analisou os Relatórios de Sustentabilidade de três organizações que se destacaram no agronegócio brasileiro, segundo o ranking Melhores & Maiores 2017 da Revista Exame.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nesta seção, será apresentado os principais conceitos utilizados na sustentabilidade e no agronegócio. Na primeira parte é contextualizo o Agronegócio, destacando sua importância para a economia brasileira e, na segunda parte, apresenta noções de sustentabilidade voltadas para as organizações, na qual foi possível escolher dimensões ambientais, econômicas e sociais analisadas neste estudo.

2.1. Agronegócio

O agronegócio, também denominado por *agribusiness*, faz referência ao contexto socioespacial da produção agropecuária, que inclui os serviços, as técnicas e os equipamentos utilizados, seja de forma direta ou indiretamente. Essa cadeia de atividade envolve a própria produção agrícola, que requer o desenvolvimento de máquinas agrícolas, adubos e fertilizantes, a aumentar a eficiência produtiva, e a industrialização de produtos do campo (ARAÚJO, 2009).

Araújo (2009) conceitua agronegócio como uma evolução de práticas agrícolas que deixaram de ser apenas rurais e do setor primário, para uma complexidade de processos que envolvem segmentos que são interdependentes e formam um todo, tais como: bens, serviços e infraestruturas.

Atualmente, chega a cerca de 19 milhões o número de pessoas ocupadas no agronegócio brasileiro, com destaque para o segmento primário (“dentro da porteira”), com 9,09 milhões de trabalhadores ou quase metade do total. Agroindústria e serviços empregam, respectivamente, 4,12 milhões e 5,67 milhões de pessoas (CEPEA, 2017).

De acordo com dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – Cepea (2017) e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA (2016), 2015 foi considerado um ano ruim para a economia brasileira, com uma queda de 3,8% do Produto Interno Bruto (PIB). Mesmo assim, segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2015), a agropecuária, foi uma exceção, apresentando um crescimento substancial de 1,8% em relação a 2014. Tal desempenho é resultado de investimentos em pesquisa, tecnologia e inovação. No mesmo período, os demais setores tiveram queda, como é o caso da indústria, com queda de 6,2% e dos serviços redução de 2,7%.

Ainda segundo o IBGE (2015), a Agropecuária teve expansão de 13,4 %, a indústria cresceu 0,9 % e os Serviços (0,0 %) apresentaram estabilidade. As previsões 2017 indicam safra recorde de grãos, por volta de 233,0 milhões de toneladas, sendo que em 2016 foi de

186,6 milhões de toneladas. A produtividade da agricultura é a principal fonte de crescimento neste ano, estando estimado um acréscimo de 20,0%.

Atualmente o Brasil é um dos países que tem apresentado uma das maiores taxas de crescimento da produtividade agropecuária. Nos últimos 30 anos a taxa média anual da produtividade total dos fatores (PTF) foi de 3,5%, considerada uma taxa elevada. Esses resultados mostram sem dúvida que a tecnologia tem sido o principal fator a estimular o crescimento da agricultura. Uma função de produção agropecuária para o Brasil ajustada com uma série de produto e insumos, mostrou que no período 1975 a 2015, 58,4% do crescimento da produção se deve à tecnologia, 15,1% à terra e 15,4% ao trabalho (GASQUES *et al.* 2012).

2.2. A Sustentabilidade e as Organizações

Houve diversos avanços no mundo, principalmente no decorrer das últimas décadas, no que concerne à ciência e a tecnologia. Com esses avanços, fez-se necessário o discernimento sobre a correta utilização dos recursos naturais, aliando assim os interesses econômicos ao ambiental, vivendo-se numa sociedade justa, garantindo então as necessidades das futuras gerações.

Em 1987, a Organização das Nações Unidas (ONU), através da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) elaborou um relatório chamado Nosso Futuro Comum (conhecido também como Relatório Brundtland), em que o conceito de desenvolvimento sustentável é visto como aquele “que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46).

A Comissão Brundtland advertiu toda a comunidade internacional que pobreza e desigualdade social são as principais promotoras de crises ecológicas e que a manutenção dos atuais padrões de consumo dos recursos naturais coloca em risco todos os sistemas naturais. Assim, o conceito de desenvolvimento sustentável é entendido como uma diretriz para o processo de mudança, pautadas em equilíbrio entre: a exploração dos recursos naturais; o direcionamento dos investimentos; a orientação para o desenvolvimento tecnológico; e a mudança nas instituições (ONU, 2013).

Veiga (2008) esclarece que justamente devido as essas reflexões, com o intento de apurar as propostas firmadas na ECO-92, conhecida popularmente como “Agenda 21”, diversos países decidiram, por intermédio da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CDS) das Nações Unidas (ONU), construir indicadores de sustentabilidade, na qual reuniram-se ONG’S, governos nacionais, instituições acadêmicas, organização do sistema das Nações Unidas e especialistas de todo o mundo.

Para Sachs (2010), para conceituar o desenvolvimento sustentável, é necessário o entendimento do valor da natureza e a compreensão da importância da tecnologia para desenvolver um método de crescimento global compatível com o meio ambiente.

Segundo Romeiro (1999), o consumo de produtos vem de civilizações fundamentadas na dependência de produtos da biomassa e, para garantir o futuro das próximas gerações, torna-se necessário uma invenção de uma moderna civilização de biomassa. Propõe ainda, a ampla utilização da ciência de ponta, adequando o uso de recursos da natureza respeitando o meio ambiente.

Veiga (2008) afirma que caso haja combinação entre trabalho social, capital produzido e recursos naturais, a natureza jamais constituirá um obstáculo para a expansão econômica, pois, entendendo e praticando de forma correta, a junção desses fatores acarretará com a própria natureza se encarregando da substituição natural na biosfera. Isso aliado ao importante avanço científico e tecnológico cooperando para tomada de medidas mitigadoras.

De acordo com a Unesco (2005), há três aspectos importantes de desenvolvimento sustentável que devem estar em equilíbrio, sendo eles: a sociedade, a economia e o meio ambiente. Neste mesmo pensamento, Bansal (2005) evidencia que uma organização alcança o desenvolvimento sustentável quando associa aos seus métodos à eficiência econômica, equidade social e ambiental em seus resultados. A Tabela 1 apresenta como as organizações podem alcançar o desenvolvimento sustentável.

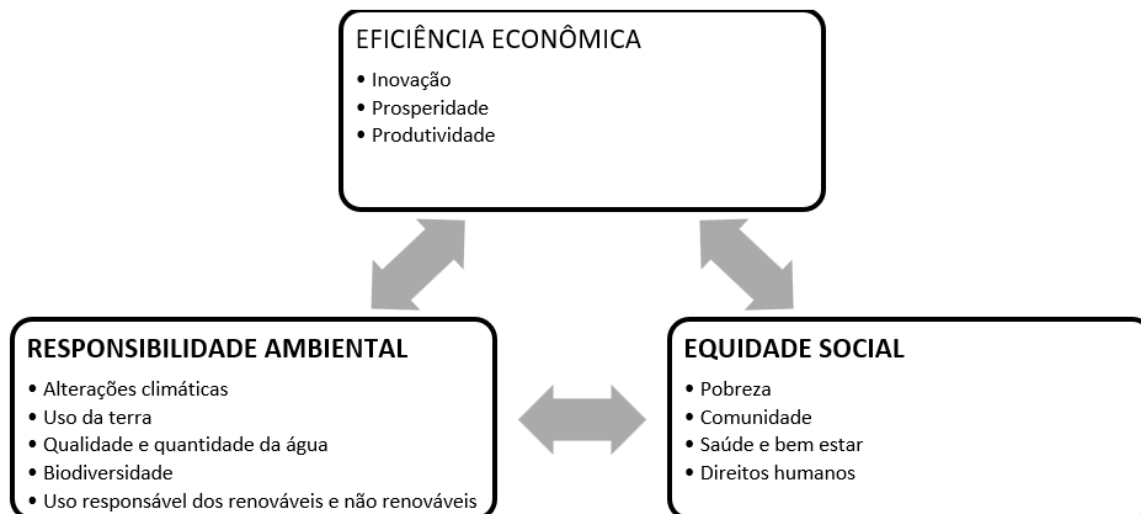


Figura 1 – Dimensões da Sustentabilidade.

Fonte: Bansal (2005), adaptado.

Para Bansal (2005), uma economia próspera, deve levar em consideração a criação e distribuição de bens e serviços, acarretando na melhoria do padrão de vida da sociedade. Para tanto, é necessário mercados abertos, competitivos e internacionais que incentivam inovação, eficiência e riqueza.

No tocante a integridade do meio ambiente, leva-se a reflexão da capacidade regenerativa ambiental limitada, advinda do consumo excessivo de recursos naturais e a poluição do meio ambiente, levando ao comprometimento de recursos básicos para a existência dos seres humanos, como a água, o ar e a comida. No entanto, o uso da tecnologia na prevenção sobressai aos métodos de controle da poluição (BANSAL, 2005).

Bansal (2005) ainda evidencia que é necessário uma avaliação e gerenciamento de problemas no que concerne o meio ambiente, colocando em respaldo a responsabilidade social. Isso permite que as organizações identifiquem problemas sociais, econômicos e ambientais e respondam em conformidade, ocasionando uma eficiente gestão de partes interessadas, onde empresas respondem a indivíduos, organizações externas e até o ambiente natural. Mediante esse entrelaçamento, e evidenciando de forma a agregar os processos, a gestão de questões sociais aumenta o vínculo entre organizações e sociedade, mesmo que se diverge entre alguns *stakeholders*.

De acordo com Bansal e Roth (2000) as organizações podem entender por diferentes conceitos de sustentabilidade. Algumas não distinguem sustentabilidade e meio ambiente, outras incorporam a si como forma de estratégia para o seu desenvolvimento econômico. Em consoante, Barbieri (2011), frisa que as organizações incorporaram recentemente o desenvolvimento sustentável como um fator econômico e estratégico, diferenciando-se das outras, e utilizando disto como uma forma de estratégia organizacional.

O desenvolvimento sustentável deve alinhar as necessidades básicas de cada indivíduo, seja na atualidade ou no futuro. E para isso devem-se abandonar velhas práticas,

objetivando e direcionando a sociedade, incorporando a si as responsabilidades atuais (BARBIERI, 2011).

As organizações são fundamentais neste sentido, pois estão veementemente em contato com a sociedade, e suas práticas podem influenciar as pessoas, de modo a se conscientizarem e provocar a redução dos impactos no ambiente. Uma organização comprometida com o meio ambiente e a sociedade, deve abandonar velhas práticas e mudar o seu caminho (BARBIERI, 2011).

As organizações são de extrema importância no que tange o alinhamento dessas questões, pois seus resultados são decorrentes de suas ações. E com isso, Sachs (2010) aponta que o desenvolvimento sustentável requer empenho de todos os continentes, pois as ações partem de forma planetária, onde se devam alinhar as diferentes ideologias aos interesses do meio ambiente.

3. METODOLOGIA

Em conformidade com o objetivo proposto, este estudo pode ser qualificado como pesquisa aplicada, pois busca a produção de conhecimento específico sobre a temática “Sustentabilidade em Organizações ligadas ao Agronegócio”. A pesquisa aplicada é aquela que busca agregar conhecimento direcionado à aplicação prática de um determinado procedimento ou técnica (GIL, 2010).

Quanto ao método de abordagem do problema, o estudo caracteriza-se como qualitativo e descritivo, já que a pesquisa envolverá a descrição, compreensão e interpretação dos fatos ou acontecimentos com base na análise de suas particularidades. A busca por este tipo de análise que envolve uma forma peculiar de investigação respalda-se em uma maneira de encarar a pesquisa a honrar seu estilo indutivo, um foco no significado individual e na importância da compreensão de situação adversas em sua complexidade (CRESWELL, 2010).

A análise foi realizada a partir da Pesquisa Documental. Bardin (2006, p. 40) define análise documental como “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior a sua consulta e referência”. Para a autora esse tipo de análise permite passar de um documento primário (estado bruto) para um documento secundário (que representa o primeiro).

A coleta de dados se deu a partir dos Relatórios de Sustentabilidade (ou Socioambientais) disponíveis nos sites oficiais de 03 (três) organizações, que, segundo a edição 2017 dos Melhores & Maiores da Revista Exame, se destacaram no setor do Agronegócio, a saber: Klabin – destaque no setor “madeira e celulose”; C.Vale – Cooperativa Agroindustrial – destaque no setor “Aves e Suínos”; e Bunge – destaque no setor de “Alimentos e Bioenergia” (EXAME, 2017).

A edição Melhores & Maiores 2017 da Revista Exame foi realizada a partir da análise dos dados de mais de 3.000 empresas, além dos maiores grupos privados do país que publicaram demonstrações contábeis no Diário Oficial dos estados até o dia 15 de maio de 2015. Também estão incluídas as Empresas de porte significativo e bem conhecidas no mercado, que não divulgam seus resultados, mas tiveram seu faturamento estimado pelos analistas da revista.

Cabe ressaltar que foram selecionados os Relatórios mais recentes de cada organização, logo, na análise documental considerou-se as singularidades de cada deles. Por fim, foram identificadas e analisadas as ações das Organizações mediante as dimensões de Sustentabilidade propostas por Bansal (2005).

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na análise da pesquisa foram identificados, nos sítios das organizações do agronegócio, os relatórios socioambientais atuais. Abaixo as características do conteúdo de cada relatório, em torno das dimensões do desenvolvimento sustentável.

4.1. Caracterização das Organizações do Agronegócio

4.1.1. Klabin

A Klabin foi a primeira empresa analisada, baseada em dados da revista Exame edição 2017. Sendo uma das mais antigas empresas em atividade no Brasil do ramo de madeira e celulose, a Klabin foi fundada em 1899 e hoje carrega o título de maior produtora de papéis do país.

Os produtos da Klabin são voltados, principalmente, às indústrias dos segmentos de alimentos (leite, carnes refrigeradas e frutas), saúde e higiene pessoal, higiene e limpeza, construção civil e eletroeletrônicos. Além de atender o mercado brasileiro, onde é líder nos segmentos em que atua, a empresa exporta seus produtos para mais de 60 países de todos os continentes (KLABIN, 2016).

No ano de 2016 a empresa inaugurou um empreendimento chamado “Projeto Puma”, fruto de um investimento de 8,5 bilhões de reais, na qual dobrou sua capacidade produtiva para 2,2 bilhões de dólares, 15% mais do que em 2015. O lucro somou 886 milhões de dólares, um dos maiores do agronegócio no ano (KLABIN, 2016).

O relatório Klabin (2016) reúne informações sobre o desempenho econômico, ambiental e social da companhia entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2016, apresentando os temas mais relevantes como: compromisso com a sustentabilidade, geração de valor, desenvolvimento das pessoas, inovação para a sustentabilidade, produção e consumo sustentável, firmando um compromisso com seus acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores e a comunidade na qual atua a empresa.

De acordo com a empresa, a sustentabilidade é o alicerce da gestão dos negócios, e mesmo com a instabilidade do mercado brasileiro, em 2016, registrou um crescimento de 16%, com um retorno de mais de R\$ 300 milhões em 2016.

Segundo a Klabin (2016), os esforços vindos através da atenção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, que estabelece prioridades e aspirações globais até 2030, rendeu a empresa o título “Empresa Sustentável do Ano” e “A Mais Sustentável do Setor de Papel e Celulose”. Sendo resultado de sua expansão e investimentos, principalmente em tecnologias e pesquisas que incluem a sustentabilidade. Com o Programa Matas Legais, por exemplo, a empresa incentiva a recuperação dos remanescentes florestais nativos, a silvicultura com métodos responsáveis, a agricultura orgânica, o ecoturismo e a conservação do patrimônio natural.

A Klabin é destaque como líder de mercado em diversos segmentos no Brasil, comercializando papéis e cartões para embalagens, embalagens de papelão ondulado, sacos industriais, celulose e madeiras em toras. Sua matéria prima é retirada de florestas cultivadas com alto índice de preservação ao ameaçado bioma mata atlântica, com 229 mil hectares de florestas plantadas de *pínus* e eucaliptos, e 214 mil hectares de florestas nativas preservadas, tendo 43% de sua área florestal destinada à preservação e manutenção da biodiversidade (KLABIN, 2016).

Dando relevância aos seus *stakeholders*, a Klabin adota práticas sustentáveis de melhoria, como o remanejamento florestal, onde orienta produtores quanto ao uso sustentável de suas terras, cultivo responsável e recuperação da floresta nativa. A empresa fortalece sua

relação com a comunidade local, haja vista que ela tem interferência direta e indireta nas comunidades, promovendo incrementos socioeconômicos através da distribuição de impostos nos municípios em que atua, gerando empregos diretos e indiretos e programas socioeducativos e socioambiental. Atua também no planejamento de propriedades sustentáveis, incentivos a agricultura familiar, a permanência no campo e o empreendedorismo (KLABIN, 2016).

De acordo com Klabin (2016), a empresa tem uma importante participação em discussões e fóruns realizados nas comunidades locais na qual atua. Seu conceito, no que tange a sustentabilidade, permite a certificação desde 2013, a pequenos e médios produtores independentes, firmando um compromisso social e ambiental com padrões respeitados no mundo todo, propiciando o desenvolvimento de um mercado de maior valor agregado. Nas comunidades onde está presente, a Klabin desenvolve e apoia programas de saúde, cultura, educação, esporte, lazer e meio ambiente, onde receberam investimentos de R\$ 21,82 milhões em 2016.

Conforme Klabin (2016), a empresa é destaque em projetos e programas sociais, como Programa Puma Pela Infância, com foco na proteção e prevenção de abuso e da exploração sexual; Programa de Apicultura, onde a empresa cede suas florestas para pequenos e médios produtores rurais para que possam criar abelhas; Projeto Crescer que capacita os colaboradores sobre questões ambientais, saúde, gestão familiar, qualidade de vida e crescimento profissional; Programa Caiubi, capacita professores com o objetivo de disseminar conceitos de consciência ecológica; Programa Protetores Ambientais, com treinamentos teórico e prático a estudantes do Ensino Fundamental sobre preservação da natureza, legislação ambiental, aspectos da fauna e da flora locais, primeiros socorros, civismo, moral e ética, para a formação de multiplicadores em educação ambiental; e, Programa Viver Bem Sempre, com encontros para discussão de temas ligados ao amadurecimento profissional, esclarecimento de dúvidas e orientações sobre aposentadoria.

A busca por desenvolvimento e a inovação na Klabin é uma de suas bases na busca da sustentabilidade, buscando um modelo industrial sustentável, com pesquisas voltadas ao desenvolvimento de produtos com base nas melhores práticas, tais como sistema de gestão ambiental, certificação ISO 14001 e amparo pela política de sustentabilidade (mudanças climáticas, matriz energética, redução das emissões, uso racional da água, gestão de efluentes e reaproveitamento de resíduos) (KLABIN, 2016).

A Klabin ainda mantém atividades de Pesquisa Desenvolvimento e Inovação (P&D+I), responsáveis pelo desenvolvimento e pelo aprimoramento de produtos voltados para as necessidades de seus clientes e fabricados com base nas melhores práticas (KLABIN, 2016).

4.1.2. C. Vale

A C. Vale, segunda organização estudada com base na revista Exame 2017, é uma cooperativa agroindustrial que possui uma importante participação na economia local onde atua e é atualmente a 4º maior do agronegócio brasileiro.

A cooperativa foi fundada em 1963 e hoje conta 18.795 associados e 7.840 funcionários. Registrou um crescimento substancial nos últimos anos, passando de um faturamento industrial de pouco mais de R\$ 390 milhões em 2007 para um faturamento de R\$ 1,5 bilhão em 2016. Em seu crescimento total, saltou de R\$ 1,4 bilhão em 2007 para R\$ 6,8 bilhões em 2016 (C.VALE, 2016).

A Cooperativa Vale é formada em sua maioria por pequenos e médios produtores rurais, e isso serve como um viés para seus associados na negociação de insumos, propiciando melhor credibilidade em suas negociações. Isso permite também que seus associados estejam

agindo de forma sinérgica, pois os trabalhos como assistência de profissionais agrônomos e veterinários levam aos produtores informações, através de cursos, palestras e treinamentos mantendo-os sempre atualizados, além da diversificação das atividades, tornado uma alternativa de renda para os associados através da produção de frangos, leite, suínos, peixe e mandioca (C.VALE 2016).

Segundo a C.Vale (2016), seus esforços vão além do progresso com o produtor rural diretamente, busca a qualificação dos filhos dos cooperados, mantendo um programa de qualificação focado no empreendedorismo. Mantém uma estrutura própria para as esposas dos cooperados, recebendo qualificação nas áreas de formação pessoal, profissional, alimentação e saúde.

A cooperativa mantém uma estrutura formada por comitês educativos, núcleos femininos e jovens que apresentam sugestões e reivindicações, que também fornece liderança para o sucesso da cooperativa. Gera empregos e tributos que torna um benefício adicional dessa estratégia, que em 2016 somou um valor de R\$ 238 milhões, em arrecadação, além disso, a C.Vale auxilia na manutenção de creches para filhos dos seus funcionários e abre oportunidade pra jovem aprendiz, filhos de cooperados (C.VALE 2016).

De acordo com a C.Vale (2016), a cooperativa ainda oferece benefício de distribuição das sobras, onde repassou aos associados R\$ 36 milhões entre sobras, juros e capital social relativos ao ano de 2016. Nessa visão social, a empresa também promove a integração de colaboradores portadores de deficiência, oportunizando e oferecendo a participação anual nos resultados, e investe grande volume de recursos na prevenção de acidentes de trabalho.

A cooperativa estimula o serviço voluntário em favor de entidades assistenciais, disponibiliza aos funcionários uma associação com ampla área de lazer, para a prática de inúmeras atividades esportivas e recreativas e destina recursos e investimentos em áreas de treinamentos através da Universidade Corporativa, que identifica as necessidades dos associados e busca a qualificação dos mesmos.

Nesta cooperativa, o meio ambiente é visto como importante fator para se conseguir bons níveis de rentabilidade, sendo de suma importância o uso racional dos recursos naturais. Na prática, a C.Vale mantém um conjunto de ações que envolve associados e funcionários da cooperativa.

Segundo C.Vale (2016) a cooperativa mantém um programa de Utilização Racional da Água, possuindo um sistema de tratamento de efluentes, assegurando a devolução da água dentro dos padrões. Os funcionários são orientados da necessidade de economia de água em suas atividades. Em abatedouros, por exemplo, a cooperativa possui um comitê de sustentabilidade, que visa otimizar o uso da água.

A cooperativa também estimula a recuperação de matas ciliares para a conservação de nascentes fornecendo mudas e assistência técnica aos associados. Utiliza a tecnologia na produção a favor do meio ambiente, evitando erosão dos solos e o assoreamento dos rios. Busca uma gestão de resíduos consciente, que orienta os associados sobre a destinação dos materiais a reciclagem, possuindo um programa de recolhimento e destinação correta dos resíduos de saúde animal que precisam de um tratamento diferenciado. Possui o método 3Rs (Reduzir, Reciclar e Reutilizar), no qual evita o desperdício de matéria-prima e controla a geração de resíduos (C.VALE 2016).

A empresa busca orientar esses mesmos produtores sobre manejo e tecnologias que melhorem o desempenho de suas atividades. Todo esse segmento tem a garantia do certificado ISO 9001 (C.VALE 2016).

4.1.3. Bunge

A Bunge é uma empresa multinacional, presente no Brasil há mais de 100 anos onde é a principal do ramo agroalimentar e a terceira maior exportadora do país. Possui uma relação de parceria com milhares de agricultores em todo o Brasil, adquirindo deles anualmente, milhões de toneladas de grãos, entre soja, milho, trigo, caroço de algodão, sorgo e girassol, fazendo assim, com que seus produtos estejam presentes em 80% das residências e 70% das padarias de todo país. Emprega cerca de 17 mil pessoas, e gera outros milhares de empregos indiretos através do sistema de logística, transportando grãos, óleos vegetais e açúcar, entre outros (BUNGE, 2016).

Os relatórios de Sustentabilidade da Bunge Brasil são publicados anualmente desde 2003. A Bunge Brasil (2016) foi reconhecida através do Guia Exame de Sustentabilidade como a empresa mais sustentável do agronegócio, premiada pela oitava vez (BUNGE, 2016; EXAME, 2017).

Para a Bunge (2016) sua crença baseia-se no crescimento alinhado a práticas de sustentabilidade, onde seus parceiros também consigam enxergar as necessidades do meio ambiente a ajam de forma semelhante. A empresa assumiu um compromisso firmado em 2015 por meio da Política Global de Não desflorestamento, em que a empresa firmou compromisso de eliminar o desflorestamento das cadeias de suprimentos agrícolas ao redor do mundo.

O relatório Bunge (2016) mostra que a empresa promove a conscientização dos seus fornecedores, já que a empresa não detém a gestão da cadeia de valor, adquirindo assim, a matéria-prima dos produtores. A empresa considera as mudanças climáticas como um fator chave para ser analisado, já que os impactos afetam significativamente a produção de alimentos em todo o mundo.

A Bunge (2016) desenvolve mecanismos e processos para a redução de resíduos nos processos industriais e amplia o uso racional da água e de outros recursos não renováveis no gerenciamento da eficiência operacional. Em 2015, foi lançado a Política Global de Não Desflorestamento, visando a conscientização em grande escala desde o produtor até o consumidor, abarcando todas as cadeias de valor agrícolas, onde devem ser economicamente viáveis, além de social e ambientalmente sustentáveis.

Segundo a Bunge (2016), a empresa adota, em suas operações e relacionamentos, compromissos públicos que apoiam e complementam a Política de Sustentabilidade: Moratória da Soja na Amazônia Brasileira; Pacto pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil; Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar; A não aquisição de produção agrícola originada de áreas embargadas pelo Ibama; Disseminação, capacitação, verificação e reconhecimento das práticas de sustentabilidade adotadas pelos fornecedores na cadeia produtiva agrícola e, particularmente, Apoio à implantação do CAR (Cadastro Ambiental Rural); Adota os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, da ONU; Acordo Setorial de Embalagens para logística reversa de resíduos pós-consumo, relacionado à Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Na responsabilidade social, a empresa Bunge Brasil busca através do Semear Leitores e Comunidade Integrada apoio a comunidade e incentivo à leitura e à conscientização do desenvolvimento sustentável. A Comunidade Educativa é uma iniciativa de voluntariado corporativo da Bunge, voltada para o desenvolvimento comunitário em municípios onde a Bunge está presente. O programa funciona independentemente da ação voluntária de colaboradores e compreende, entre outras ações, a criação de espaços de leitura, doação de acervo e formação de mediadores de leitura. Promove através do Programa Bunge Natureza educação ambiental entre os colaboradores e as comunidades entorno de suas operações (BUNGE, 2016).

A Bunge demonstra uma preocupação da empresa com os seus colaboradores, abrindo espaço à inclusão e engajamento de colaboradoras em cargos de chefia, bem como a contratação de pessoas com deficiência. Para composição da remuneração anual, a Bunge possui o Programa de Participação nos Lucros e Resultados, que tem o objetivo de incentivar e engajar colaboradores para o alcance e superação das metas definidas no plano de negócios anual (BUNGE, 2016).

Para Bunge (2016) a responsabilidade econômica da empresa para com a comunidade também é evidenciada por meio da Comunidade Integrada a Bunge, um programa de desenvolvimento onde a empresa possui suas operações, cujos trabalhos contemplam a realização de diagnósticos e estudos socioeconômicos, além de um Plano de Gestão Integrada, que orienta o investimento social privado, de forma articulada e integrada às comunidades e às suas necessidades. O programa também fomenta parcerias para a formação de mão de obra especializada de acordo com as demandas locais, com o objetivo de promover o desenvolvimento da economia local.

A Bunge mantém mecanismos de governança corporativa que orientam os processos e atitudes de forma estratégica. A empresa adota globalmente um modelo de governança de controles internos, o método COSO 2013, representado por um cubo estruturado em 12 elementos totalmente inter-relacionados, que contribuem para a redução dos riscos que possam comprometer os objetivos da empresa (BUNGE, 2016).

A empresa possui ainda Código de Conduta, que estabelece diretrizes básicas para o comportamento esperado de todos os funcionários da empresa, do presidente até o colaborador que ocupa a posição mais operacional. Possui também Gestão de Riscos, que mapeia os riscos estratégicos, operacionais, de crédito ou de mercado. Quanto ao Combate à Corrupção, a empresa possui uma política clara no que diz respeito à condução dos negócios de forma ética e com respeito à legislação anticorrupção. Por meio das pautas de reuniões do Comitê Executivo (COE) a empresa elabora debates com profissionais de renome em suas áreas de atuação, abordando temas econômicos e socioambientais, qualificação e engajamento dos colaboradores, comunidades e meio ambiente, além de assuntos relacionados aos projetos da Fundação Bunge (BUNGE, 2016).

4.2. Análise das Dimensões da Sustentabilidade

Por meio da análise dos Relatórios de Sustentabilidade das empresas foram identificados pontos específicos que demonstram as dimensões da sustentabilidade demonstrado por Bansal (2005).

Na análise da Responsabilidade Ambiental, que é a dimensão ambiental, foram considerados ações das empresas no que se deve à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas, o que implica a capacidade de absorção e recomposição dos ecossistemas em face das agressões antrópicas. Quando a Equidade Social, categoria de análise para a dimensão social, foram consideradas as ações cujas metas eram alcançar uma sociedade com menor desigualdade, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida, utilizando a organização como propulsora na mudança e desenvolvimento. A análise da dimensão econômica, chamada pelo autor de Eficiência Econômica, foram consideradas ações que envolvem a criação e distribuição de bens e serviços que ajudarão a elevar o padrão de vida em todo o mundo.

A Tabela 1, abaixo, sintetiza as ações das organizações conforme as dimensões do Desenvolvimento Sustentável.

Tabela 1 – Análise das dimensões da Sustentabilidade, conforme Bansal (2005).

EMPRESAS	EFICIÊNCIA ECONÔMICA	EQUIDADE SOCIAL	RESPONSABILIDADE AMBIENTAL
KLABIN	Diversificação das atividades; Ampliação dos negócios e investimentos em inovação.	Integração de produtores das comunidades locais, com incentivos na preservação ambiental através de selos de certificação; Apoiam programas de saúde, cultura, educação, esporte, lazer e meio ambiente; Desenvolve projetos sociais como: combate ao abuso e exploração sexual e capacitação dos colaboradores.	Adota práticas de remanejamento florestal; Orienta os produtores quanto ao uso sustentável da terra; Desenvolve Pesquisa Desenvolvimento e Inovação (P&D+I); Certificação ISO 9001
C.VALE	Engajamento socioeconômico, com pequenos e médios produtores, viabilizando as negociações.	Qualificação de jovens ao mercado de trabalho; Orientação as esposas de cooperados em questões sobre de alimentação, saúde e formação pessoal; Distribuição de sobras entre os cooperados; Área de lazer para os funcionários; Orientação de profissionais; Promove treinamentos através da Universidade Corporativa.	Recuperação das matas ciliares, fornecendo mudas aos associados para o replantio; Uso de tecnologias que evitam assoreamentos e erosões, práticas que tem garantia do certificado ISO 9001; Possui o método 3Rs (Reduzir, Reciclar e Reutilizar).
BUNGE	Desenvolvimento socioeconômico, por meio da Gestão Integrada, que orienta o investimento social privado, na formação especializada para prover necessidades da economia local.	Incentivo na educação nas comunidades que atua, através da leitura e conscientização no desenvolvimento sustentável; Pacto de erradicação do trabalho escravo.	Uso racional da água e redução de resíduos nos processos industriais; Apoio às políticas de não desflorestamento; Não aquisição de produção agrícola originada de áreas embargadas pelo Ibama

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir da Tabela 1 é possível encontrar as ações das organizações ligadas ao agronegócio que demonstram as práticas de sustentabilidade. Com base na teoria de Bansal (2005) essas ações são as novas tendências de mercado de uma economia próspera, considerando a melhoria do padrão de vida da sociedade e que busca a preservação da integridade ambiental sem prejuízos ao crescimento organizacional.

A Klabin demonstrou que pode haver desenvolvimento social e ambiental aliado ao desenvolvimento econômico. Algo observado pela expansão de seus negócios, a diversificação e a busca por inovação. Pode-se observar que as dimensões e objetivos da empresa estão diretamente ligados, procurando agir de forma responsável com o meio ambiente e as futuras gerações.

A Cooperativa C.Vale possui uma maior preocupação com a comunidade em locais onde a empresa atua, deixando claro, que a empresa tem um papel importante e transformador na melhoria da qualidade de vida de seus colaboradores e da sociedade. Com a

sustentabilidade, a cooperativa procura inovar e praticar ações sustentáveis com métodos centrados em seus processos.

Já a Bunge revelou através do seu relatório de sustentabilidade, suas práticas integradas em relação ao desenvolvimento social, ambiental e econômico, visando a conscientização da sociedade com seu modelo de desenvolvimento que busca as melhores práticas em relação ao meio ambiente.

Para Bansal (2005) o gerenciamento ambiental das organizações é um esforço das empresas para reduzir um impacto ambiental produzido por elas. Para o autor, as organizações que adotam a Responsabilidade Ambiental como prática, provavelmente estão relacionadas a um forte desempenho ambiental corporativo.

As práticas de Equidade Social identificadas na pesquisa demonstraram que processos socialmente responsáveis podem alcançar uma maior tração na área de negócios, pois exigem que as empresas adotem as expectativas econômicas, legais e éticas. A responsabilidade social corporativa, segundo Bansal (2005) envolve três processos: I) Avaliação ambiental, permitindo que as empresas identifiquem questões sociais, econômicas e ambientais e respondam a elas de acordo; II) Gerenciamento de *stakeholders*, as empresas respondem a indivíduos, organizações externas e até mesmo ao ambiente natural (que têm uma participação legítima na organização), construindo relacionamentos sólidos com os *stakeholders* por meio de operações transparentes e distribuição do valor criado pelas empresas de forma equitativa (BANSAL, 2005).

Apesar de poucas, as práticas de Eficiência Econômica, criaram valor na produção. Segundo Bansal (2005) o valor é criado a partir da produção de produtos novos e diferentes, que são desejados pelos consumidores, diminuindo os custos dos insumos, ou realizando eficiências de produção.

De acordo com Bansal (2005), o desenvolvimento econômico deve estar alinhado à consciência dos limites da sociedade e meio ambiente, bem como a análise dos impactos causados pela utilização dos recursos naturais. O autor ainda ressalta sobre a construção de uma sociedade com maior equidade social e ambiental, que tenha uma distribuição de renda e bens justa, de forma a reduzir as disparidades entre os padrões de vida da sociedade e manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas, o que implica a capacidade de absorção e recomposição dos ecossistemas em decorrência da ação humana.

5. CONCLUSÕES

Através do estudo realizado na pesquisa, foi possível identificar alguns princípios primordiais da sustentabilidade, sendo praticados nas três organizações. Já seus esforços nos âmbitos sociais, ambientais e econômicos, geram resultados satisfatórios, o que acaba contribuindo para enriquecimento da imagem positiva que transmite ao agronegócio, tornando uma das novas tendências de mercado no segmento.

Percebe-se que as três organizações apresentam disposições para o desenvolvimento sustentável, tendo notoriedade nas iniciativas de cunho social e ambiental que visem a inclusão da sociedade com práticas que preservem o meio ambiente, inove na cadeia produtiva e na produtividade, promovendo o desenvolvendo uma produção com estratégia responsável.

As empresas Klabin e Bung possuem uma visão estratégica de crescimento econômico, aliando o desenvolvimento sustentável como uma forma de estar à frente de seus concorrentes e terem valor agregado ao que oferecem no mercado. Já a cooperativa C.Vale tem maior destaque em buscar o engajamento das pessoas em seus processos de forma vívida.

Constata-se a viabilidade e possibilidade da sustentabilidade nas organizações, demonstrando ser não apenas um fator de desempenho econômico e de competitividade, mais que também atua como um processo de transformação na qualidade de vida das pessoas e a conscientização de novas práticas que preservem o bem comum.

Fica como sugestão para um próximo estudo, que aprofunde sobre a aplicação das práticas relatadas pelas empresas em seus relatórios, que tenham base sobre as legislações que aplicam e fiscalizam as execuções das atividades.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de Agronegócios**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ASSAD, E.D.; MARTINS, S.C.; PINTO, H.S. **Sustentabilidade no Agronegócio Brasileiro**. Brasília: FBDS, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/wStcak>> Acesso em: 01 ago. 2018.

BANSAL, P. Evolving sustainability: A longitudinal study of corporate sustainable development. **Strategic Management Journal**, v. 26, n. 3, p. 197-218, 2005.

BANSAL, P.; ROTH, K. Why Companies go Green: a modelo of ecological responsiveness. **Academy of Management Journal**, v. 43, n. 4, p. 717-736, ago, 2000.

BARBIERI, J. C. **Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 3 ed. Saraiva, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BUNGE. **Relatório de Sustentabilidade**. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/aMx8MX>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

C.VALE. **Relatório de Sustentabilidade**. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/fDnDVk>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

CALLADO, A. A. C. **Agronegócio**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

CEPEA. **Agronegócio soma 19 milhões de pessoas ocupadas, metade dentro da porteira**. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/xScVjB>>. Acesso em: 04 ago. 2018.

CNA. **Produto Interno Bruto (PIB) do Agronegócio cresceu 0,4% em 2015**. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/ioYpoq>> Acesso em: 01 ago. 2018.

CMMAD. **Relatório Brundtland: Nosso Futuro Comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DIAS, R. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

EXAME: **As empresas campeãs em 11 setores do agronegócio**. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/cJnrUW>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

GASQUES, J. G *et al.* Produtividade da Agricultura Brasileira e os Efeitos de Algumas Políticas. **Revista de Política Agrícola**, v. 21, n. 3, p. 83-92, ago/set, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas 2010.

GREGORIO, L. S *et al.* Sustentabilidade como estratégia organizacional: Uma análise sobre organizações do agronegócio. In: XVII ENGEMA, 2015, São Paulo. **Anais Eletrônicos...** São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/YKxaxh>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

IBGE. **Indicadores IBGE - Estatística da Produção Agrícola**. Brasília, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/zRq2x4>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

KLABIN. **A Sustentabilidade na Klabin**. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/UjfZkL>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

MAPA. **Brasil: projeções do agronegócio 2016/17 a 2026/27**. 8 ed. Brasília: MAPA, 2017.

MIKHAILOVA, I. Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. **Economia e Desenvolvimento**, v. 16, n. 16, p. 22-41, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/3442/pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da Sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

ONU - Organização das Nações Unidas. **A ONU e o meio ambiente**. 2013. Disponível em <<https://goo.gl/5oZMdm>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

PEREIRA, P. V. M. *et al.* Agronegócio Sustentável: uma análise da produção científica nacional e internacional. In: 54º Congresso da SOBER 2016, Maceió. **Anais Eletrônicos...** Maceió, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/cnEeS6>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

ROMEIRO. A. Desenvolvimento Sustentável e Mudança Institucional: notas preliminares. **IE/UNICAMP**, n. 68, p. 1-26, abr., 1999.

SACHS, I. Barricadas de ontem, campos de futuro. **Estudos Avançados**. v. 24, n. 68, p. 25-38, 2010.

SOUZA, B. A; MORAIS, R. E. S. Agronegócio, Análises e Reflexões Sobre Desenvolvimento e Sustentabilidade no Estado de Goiás. **Revista PLURAIS – Virtual**, v. 2, n. 1, 2012.

UNESCO. **Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014**: documento final do esquema internacional de implementação. Brasília: UNESCO, 2005.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamound, 2008.